

A representação social da profissão docente entre licenciandos de Sociologia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira da UERJ

Rodrigo de Souza Pain ⁽¹⁾ e
Afrânio de Oliveira Silva ⁽²⁾

Data de submissão: 18/3/2020. Data de aprovação: 24/4/2020.

Resumo – O presente artigo tem como objetivo perceber a representação social da carreira docente com os estudantes do curso de licenciatura em Sociologia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, da UERJ. Os licenciandos não são ouvidos pela comunidade escolar e sentem-se perdidos no processo de desenvolvimento de sua atividade profissional. Através de entrevistas, os estudantes puderam relatar suas experiências e angústias. Como resultados, a falta de prestígio social da profissão de professor caracteriza um período difícil de desvalorização da educação e do próprio processo educativo. A diminuição progressiva de investimentos em políticas públicas voltadas para a educação traz forte cenário de dúvida, perplexidade, e os licenciandos, que estão no início do caminho para o magistério sentem intensamente essa oscilação. Percorremos a história da disciplina de Sociologia no contexto escolar no Brasil para apontar a descontinuidade no ensino escolar e também importante questões que envolvem a representação social e a formação nessa área do conhecimento. A metodologia foi um survey com a finalidade de descrição, com a preocupação principal de buscar a distribuição de certos traços e atributos dos licenciandos de Ciências Sociais da UERJ. Destacamos a Universidade e em especial a Sociologia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira como importante referência em pesquisa e extensão. E, assim, apontamos os desafios que os futuros professores percebem em relação a profissão tão importante ao desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Representação social. Carreira docente. Sociologia. UERJ. Licenciatura.

The social representation of the teaching profession of graduates in Sociology from Fernando Rodrigues da Silveira Institute of State University of Rio de Janeiro - UERJ

Abstract – This article aims to understand the social representation of the teaching career with students of the Degree in Sociology at Fernando Rodrigues da Silveira Institute of State University of Rio de Janeiro - UERJ. Graduates are not heard by the school community and feel lost in the process of developing their professional activity. Through interviews, students were able to report their experiences and anxieties. As a result, the lack of social prestige of the teaching profession characterizes a difficult period of devaluation of education and the educational process itself. The progressive decrease in investments in public policies aimed at education brings a strong scenario of doubt, perplexity, and the undergraduates, who are at the beginning of the path to teaching, feel this oscillation intensely. We go through the history of the discipline of Sociology in the school context in Brazil to point out the discontinuity in school education and also important issues involving social representation and training in this area of knowledge. The methodology was a survey for the purpose of description, with the main concern of seeking the distribution of certain traits and attributes of the graduates of Social Sciences at UERJ. We highlight the University and especially the Sociology of the Fernando

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *rodrigo.pain@gmail.com

² Professor do Colégio Pedro II e do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). *afranioliveiras@gmail.com

Rodrigues da Silveira Institute as an important reference in research and extension. And so, we point out the challenges that future teachers perceive with the profession so important in the country's development.

Keywords: Social representation. Teaching career. Sociology. UERJ. Graduation.

Introdução

A preocupação sobre a formação dos futuros professores de Sociologia formados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) está no cerne do artigo. A pesquisa também se insere no atual contexto educacional brasileiro, marcado por discursos conservadores e agressivos por parte de autoridades, o que traz insegurança à comunidade acadêmica, e em especial aos discentes da grande área de humanas. As novas políticas públicas, como a reforma do ensino médio, geram a sensação de incerteza, insatisfação e desânimo entre os discentes, pois disciplinas como a Sociologia, por exemplo, deixam de fazer parte da grade curricular tradicional.

Assim, pesquisar a representação social da carreira docente por parte dos licenciandos é pertinente, pois reflete na busca pela qualidade da formação desse futuro professor e também serve de inspiração para reflexões dentro do campo educacional. A qualidade da formação daqueles que vão ocupar as cadeiras escolares é um problema na educação brasileira. São necessários profundos estudos sobre a temática. Esse artigo visa contribuir para esse debate. Além disso, destacamos também o mérito da discussão sobre o ensino de Sociologia e os projetos desenvolvidos no seio do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ).

O objetivo do artigo está em apontar a importância dos cursos de licenciatura e a necessidade de mais pesquisas nessa área. Para isso, nosso foco foram os estudantes de Sociologia, independente do período em que se encontravam. O Instituto Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/ UERJ) é um centro de excelência, que permite ao discente realizar seus estágios com qualidade, e que busca incentivar seus estudantes (sejam licenciandos, sejam estudantes da educação básica) na arte da investigação científica. Utilizamos o filósofo francês Michel Foucault e sua análise de discurso, e também o trabalho do francês Pierre Bourdieu com seu conceito de habitus e sua visão sobre a Sociologia como uma área do conhecimento que incomoda setores conservadores por suas análises sobre as contradições e as desigualdades na sociedade.

Na primeira parte do artigo, discorremos sobre a trajetória da disciplina de Sociologia na grade curricular brasileira. Sua intermitência prejudicou as reflexões no seio da comunidade acadêmica, em especial nos cursos de licenciatura. A formação do professor de Sociologia ficou prejudicada com as interrupções da obrigatoriedade da disciplina na grade curricular. A seguir apontamos para os desafios na formação dos futuros professores e a representação social da carreira na visão dos estudantes. E por fim, apresentamos o Instituto Fernando Rodrigues da Silveira, a valorização da pesquisa e do diálogo entre educação básica e Universidade, e os trabalhos desenvolvidos pelo corpo docente de Sociologia daquele Instituto.

Materiais e métodos

Breve histórico da disciplina de Sociologia nos currículos do Brasil

Pensar na formação do futuro professor de Sociologia no Brasil é refletir sobre o complexo caminho que essa importante área do conhecimento trilhou até aqui. Existem diversas cronologias para as duas principais dimensões da história das Ciências Sociais /Sociologia: da formação dos profissionais e da disciplina nas escolas de Educação Básica, sobretudo no ensino médio. Consideramos, como salientou a socióloga Ileizi Silva (2010), que esses aspectos se complementam e ajudam a demarcar a trajetória no campo de análise.

Podemos afirmar que as idas e vindas da Sociologia nos currículos das escolas brasileiras constituíram um interessante objeto de estudo e nos mostraram muitos aspectos relevantes sobre

o que a Sociologia é hoje nas escolas do país. As primeiras propostas para a inclusão da nova área de conhecimento couberam a Benjamin Constant, então ministro de Floriano Peixoto, em 1891. Indicado para ministro da Educação, apresentou um Plano Nacional para o setor que previa como obrigatório em todas as escolas do ensino médio o ensino de Sociologia (CARVALHO, 2004)³. No entanto, tal proposta ficou restrita aos papéis, sem jamais ter sido implementada de maneira prática, efetiva⁴. A proposta foi descartada após sua morte.

A seguir, de 1925 até 1945, podemos considerar a época de ouro da disciplina. Em 1925, a Reforma Rocha Vaz apontou para a Sociologia como cadeira obrigatória no tradicional Colégio Pedro II, e o professor responsável para lecioná-la foi Delgado de Carvalho⁵. Apesar de nascido na França, o importante intelectual tinha pai brasileiro. Sua formação intelectual foi naquele país europeu, na prestigiada Escola de Ciências Políticas de Paris⁶. Ainda no contexto da Reforma, a disciplina passou a fazer parte, de maneira obrigatória, do currículo das Escolas Normais do Rio de Janeiro e Recife. Nesse último, com a importante iniciativa de Gilberto Freire.

Em 1931, no início da Era Vargas, a Reforma Francisco Campos tornou a disciplina obrigatória em todos os cursos do nível complementar. Ampliou-se, assim, Sociologia no país em nível secundário, estendendo dos contextos das Escolas Normais. Buscou-se dar uma formação mais humanista aos estudantes (CARVALHO, 2004), com a procura da identidade nacional tão pensada naquele contexto, e também com a inspiração em todo ideal de modernidade por que o Brasil passava.

Por estar presente nos diferentes níveis de ensino (Escola Normal, ensino secundário e ensino superior) nesse momento importante de implementação da Sociologia, diversos manuais e livros foram utilizados para seu ensino. Fernando Azevedo e Amaral Fontoura foram dois autores que se destacaram nesse período de ouro da Sociologia. Suas obras trouxeram o debate entre dois grupos de intelectuais, os escolanovistas (da Escola Nova progressista) e os católicos. Azevedo trouxe ideias de Durkheim como fato social, educação moral e definição da Sociologia em suas obras. Também chamou atenção para autores brasileiros como Sílvio Romero e Delgado de Carvalho. Já Fontoura pensou em uma “Educação Renovada”, diferente da “Escola Nova”, como a modernização dos métodos sem alterar o poder da Igreja Católica no campo educacional (CIGALES e ENGERROFF, 2018).

Já em 1942, com a Reforma Capanema, a disciplina de Sociologia perdeu a obrigatoriedade no ensino médio das escolas brasileiras, e ficou relegada apenas a Escolas Normais de formação de professores a partir de 1946. Por outro lado, assistiu-se, no período de 1942 até 1964, a ampliação de cursos universitários de Sociologia e dos centros de pesquisa criados pelos governos federal e estadual e por agências internacionais (SILVA, 2010). Em junho de 1954 foi realizado o primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia organizado pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Foi o momento da consolidação da área no ensino superior justamente no período de enfraquecimento da disciplina no ensino secundário.

Em 1964, com o golpe civil-militar foram retirados todos os resquícios da Sociologia nas escolas médias do Brasil. Professores e estudantes perseguidos passou a ser prática crescente. Foram criadas disciplinas com o propósito de substituir a Sociologia e a Filosofia, e desenvolver a ideologia militar autoritária vigente. Assim, por meio do decreto-lei 869 de 1969, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica foram incluídas no currículo como obrigatórias.

³ Na disciplina intitulada “Sociologia e Moral” com grande influência positivista.

⁴ Interessante refletir que a primeira cadeira de Sociologia só foi criada em 1887, na Universidade de Bordeaux, na França, com o jovem Émile Durkheim a assumir.

⁵ Obrigatória no sexto ano do curso complementar de Ciências e Letras.

⁶ Suas obras enriqueceram o campo da Geografia da época, a saber: “Geografia do Brasil” (1913), “Meteorologia do Brasil” (1916), “Geographia do Brasil” (1923) e “Introdução a Geografia Política” (1926).

No ano de 1979, um conjunto de deputados progressistas tomou posse, seja como deputados federais, seja como estaduais, e no segundo caso apresentaram propostas de leis estaduais pela introdução da disciplina de Sociologia, as quais acabaram sendo sancionadas como leis estaduais pelos governadores locais. (CARVALHO, 2004).

Com a abertura e a redemocratização no país, diversas associações de sociólogos passaram a articular a volta da disciplina, o que ocorreu em junho de 2008, com a Lei nº 11.684, tornando obrigatória a existência nos três níveis do ensino médio.

O ensino de Sociologia e a preocupação com a formação do futuro professor

O ensino de Sociologia nas escolas do ensino médio não conseguiu ser, ao longo dos anos, uma preocupação nos cursos de graduação em Ciências Sociais. A pesquisadora Ileizi Silva (2010), citando levantamento feito por Amauri Moraes, evidencia esse fato demonstrando que a interrupção da Sociologia nos currículos do ensino médio foi acompanhada também das interrupções das reflexões no interior da comunidade das Ciências Sociais, provocando assim um mal-estar com relação à licenciatura.

Desta maneira podemos também perceber diversos problemas que aparecem na qualificação do futuro profissional que atuará no magistério como docente em Sociologia. Percebe-se, como salienta o sociólogo Rogério Mendes, que docência no ensino básico e pesquisas não são incompatíveis. O que preocupa é o imaginário do professor do ensino médio como apenas um reproduzidor do conhecimento. A ideia é trazer o licenciando em Ciências Sociais para a investigação. Eles, na qualidade de alunos, também são alvos de pesquisa, e a escola, como uma instituição social, representa um forte objeto de análise no campo da Sociologia. Segundo o autor, apesar de oferecerem a licenciatura como habilitação a ser conquistada, os cursos de graduação não organizaram concretamente seus currículos com esse objetivo. Os cursos de Ciências Sociais são preparados para formar pesquisadores em Ciências Sociais, ou seja, bacharéis. Assim, ao optar pela educação básica, muitas vezes não há a preocupação com a formação teórica para a pesquisa deste futuro docente. Ainda de acordo com Rogério Mendes (2009), as universidades dão pouca atenção no desenvolvimento dos cursos de licenciatura.

Essa abordagem torna-se importante também quando se percebe o pouco interesse dos alunos da graduação em Ciências Sociais com as cadeiras oferecidas pela licenciatura na área. Podemos acrescentar que a desvalorização do professor no mercado de trabalho também parece contribuir com essa falta de disposição por parte do discente. A falta de prestígio social da carreira é apontada como obstáculo no que diz respeito à busca pela motivação em termos de continuação do curso. Pesquisa intitulada “Profissão Docente”, realizada pelo Todos pela Educação, apontou que 49% dos docentes (redes pública e privada) não recomendariam a própria profissão por considerá-la desvalorizada. De acordo com Olavo Nogueira Filho, diretor de políticas educacionais do Todos pela Educação, “Quando um professor tem dificuldade em ver sua motivação se concretizar na prática – o que tem a ver com uma estrutura de formação, de preparo e de apoio muito frágil, com condições de trabalho não adequadas – isso se reflete em uma insatisfação profissional”⁷. Acredita-se ser fundamental que o estagiário de docência receba incentivos (em forma de bolsa, por exemplo) para seu estágio. Os governos não devem olhar a educação como gasto, e sim investimento, pois a busca pelo desenvolvimento no Brasil passa prioritariamente pela educação pública e de qualidade.

A preocupação com a formação do professor também está na abordagem do pedagogo Pedro Demo (1999), quando afirma que a pesquisa adensa a instrumentação teórica – prática para o exercício da cidadania e participação no processo produtivo do conhecimento. Nesse contexto, pode-se afirmar, ainda de acordo com o autor, que o professor precisa ser um

⁷ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/listas/33-dos-professores-estao-insatisfeitos-com-a-profissao-mostra-pesquisa.htm>. Acesso em: 29 nov. 2019

pesquisador, saber ler a realidade criticamente e fazer da pesquisa um princípio educativo, parte inerente do processo pedagógico. É no decorrer da pesquisa que professor e aluno fazem a leitura da realidade, transmitindo um olhar crítico para saber intervir de forma alternativa, com base na capacidade questionadora. Saber ler a realidade criticamente parece ser um desafio difícil para os licenciandos em Sociologia. A Reforma do ensino médio reduziu o papel da disciplina, não exigindo o oferecimento da cadeira na área. Apenas sugere a aplicação de conteúdos, o que pode ser desenvolvido pelos demais professores de Ciências Humanas.

Por representação social, entendemos a soma de explicações, crenças, pensamentos e confiança que nos permite recordar um certo conhecimento. São resultados de interações sociais. De acordo com Denise Jodelet (1985), são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação e entendimento do contexto social e material, com ênfase em ideias, em que vivemos. Ainda sobre a perspectiva conceitual, utilizaremos as concepções do clássico teórico da Sociologia Emile Durkheim, que nos chamou atenção, já em seu livro “Da divisão do trabalho social”, para a ideia de consciência coletiva, ou seja, é o “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade” que “*forma um sistema determinado com vida própria*”. Tal consciência coletiva não se baseia na consciência individual, mas sim em toda a sociedade. Desta maneira, a análise da consciência coletiva dos futuros professores de Sociologia também está inserida no contexto teórico/conceitual. Ainda assim, podemos perguntar quais as características do corpo social que merecem ser espelhadas no organismo representativo? Colocam-se todos os docentes de maneira estereotipada e estigmatizada. Dessa forma, nosso trabalho busca a desconstrução dessa narrativa que apenas marginaliza a profissão.

Segundo o filósofo francês Michel Foucault (1971), o discurso é importante, pois a maneira como falamos e pensamos sobre o mundo modela o modo como nos comportamos e o tipo de mundo que, como resultado, ajudamos a conceber. Desta forma, o discurso é uma representação culturalmente construída pela realidade, mas nunca uma cópia exata.

No decorrer do discurso que construímos o que experimentamos como realidade e, assim, que aprendemos a pensar e a falar sobre a realidade de uma maneira pessoal, não podemos deixar de desligar nossa capacidade de nela pensar em um incontável número de outros jeitos. Assim, e a partir dos discursos que também produzem e reproduzem ideologias. E nesse sentido lembramos de Pierre Bourdieu (2000) quando diz que a Sociologia é uma ciência que incomoda porque questiona as outras ciências e é inquietante porque revela coisas escondidas, com as quais muitas vezes não queremos confrontar. Assim, a pesquisa buscou compreender os discursos e a representação social da carreira docente para esses futuros professores.

A importância de compreender os discursos está também ligada ao grau de motivação que os cerca de 50 alunos de licenciatura demonstram nas aulas no Instituto Fernando Rodrigues da Silveira. Muitos dos futuros professores manifestam desânimo com a realidade da profissão e a perspectiva de futuro. Assim, utilizaremos o conceito de *habitus*, trazido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual se relaciona à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para o seu modo de ser, sentir, pensar e agir. Desse modo, trata-se da reunião de influências sofridas por um indivíduo ao longo dos anos.

Essas influências são ligadas ao capital cultural que o indivíduo recebe ao interagir com a sociedade, como uma espécie de marca que a sociedade escreve no corpo, ligando-se às subjetividades do sujeito e também ao indivíduo biológico. O pensador francês nos auxiliou nos debates, pois, segundo identificou, o *habitus* das crianças de classes sociais mais baixas não consiste no mesmo dos educadores que pertencem a uma classe social mais elevada. Nesse sentido é importante também que os estudantes percebam que a pesquisa é componente fundamental na prática docente. Investigar o próprio campo de atuação, buscando compreender demandas, desvendando angústias e desmascarando realidades vistas como negativas fazem

parte da profissão. A própria escola, como instituição social tradicional, que traz diversas contradições da própria sociedade, deve ser observada como objeto de análises sociológicas. O ponto de vista de Pimenta e Lima (2004) nos guia de modo basal, e de acordo com a pesquisa deve se colocar como eixo articulador do estágio. Assim, o projeto ganha novos contornos, pois o próprio estudante de licenciatura vai perceber que ele também é objeto da pesquisa, e isso vai enriquecer e aumentar o interesse dos alunos com o desenvolvimento do projeto.

Resultados e discussões

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ), a Sociologia e a pesquisa

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira é uma instituição pública, vinculada à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com objetivo de desenvolver a formação docente inicial e continuada, buscando a excelência no ensino, pesquisa e extensão universitária. Reconhecido pelo forte engajamento social, o Instituto compõe o tradicional Colégio de Aplicação (CAp/UERJ), referência em educação de qualidade em toda a sociedade fluminense. Segundo o Projeto Político-Pedagógico do CAp/ UERJ, em 12 de março de 1946, o Decreto-Lei nº 9.053 deliberou que todas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras deveriam organizar um Colégio de Aplicação, tendo em vista a necessidade de experimentação metodológica nos cursos voltados à Educação e licenciatura. Em 1957, a então Universidade do Distrito Federal (UDF) criou o seu Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Apenas anos depois, em homenagem ao seu primeiro diretor e fundador, após a implantação dos cursos científico e clássico (equivalentes ao ensino médio hoje), a escola passou a se denominar Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UERJ, 2013). Em 1997, em documento elaborado pela Sub-Reitoria de Graduação da UERJ (SR-1), o CAp propõe sua transformação de Colégio de Aplicação em Instituto de Aplicação, definindo suas características acadêmicas e estabelecendo-se como local efetivo de experimentação metodológica e estágio para toda a Universidade, sem perder de vista a comunidade fluminense, reiterando sua condição de Unidade Acadêmica⁸. (MOREIRA e LINS, 2016).

Dessa maneira, o CAp/UERJ busca, desde os seus primórdios, a interface entre a formação básica e a superior, de modo a ser uma escola ligada à Universidade, com espaço para experimentações, com novas práticas pedagógicas ancoradas em pesquisa acadêmica com métodos sustentáveis. Isso é o que se espera desse ambiente de troca entre estudantes do ensino básico, futuros professores e professores já experimentados em sua prática docente.

O CAp/UERJ não faz parte da rede de ensino da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ), estando sob a tutela da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Também não pode ser considerado um colégio de massa, apesar dos seus atuais mil e cem alunos. Isso traz alguns desafios, pois, apesar de ser considerado um espaço de excelência acadêmica, de reflexão pedagógica, pouco colabora com as escolas das redes de ensino. As potencialidades são múltiplas. Na área de Sociologia, em especial, estamos com dois tempos nos três anos do ensino médio (totalizando uma hora e quarenta minutos semanais), com cinco docentes adjuntos concursados⁹.

São diversos os trabalhos desenvolvidos tanto no campo da pesquisa, como no campo da extensão entre os professores de Sociologia do CAp/UERJ. O Laboratório de Ensino e Pesquisa em Ciências Sociais (LEPECS – CAp/UERJ) é um importante espaço acadêmico de debates e experiência docente onde especialistas ministram palestras para os licenciandos, professores da Rede Estadual e estudantes do ensino básico do CAp/UERJ. Também temos outros projetos de

⁸ A criação dos primeiros colégios de Aplicação no Brasil data de 1946 (chamados de “Ginásio de Aplicação”) com o Presidente Eurico Dutra, ligados às Universidades Federais de Ensino Superior e com forte influência dos intelectuais da Escola Nova, como inovação, experimentação e prática pedagógica.

⁹ Além dos autores, os professores Guilherme Nogueira, Wallace Ferreira e Monique Carvalho.

extensão, como “Cinema e curta-metragem e o Ensino de Sociologia na educação”, “Sociologia, juventude e cidadania”, que envolvem professores e estudantes da Rede Estadual de Educação e licenciandos de Sociologia da UERJ. O intercâmbio é saudável e necessário. A troca de experiências favorece a melhoria da atividade laborativa no caso dos docentes, e estimula os estudantes da SEEDUC, com a presença de universitários, e os licenciandos, que podem experimentar a vivência em escolas da rede estadual. No campo da pesquisa, alguns projetos como “A representação social da carreira docente entre os estudantes de Licenciatura de Sociologia do Instituto Fernando Rodrigues da Silveira” e “A Sociologia no ENEM e a visão dos Licenciandos em Ciências Sociais da UERJ” abraçam a reflexão sobre os licenciandos e suas possibilidades profissionais futuras, e também a reflexão sobre avaliações e a importância da Sociologia nesse contexto¹⁰.

Falar do trabalho docente de Sociologia no Instituto de Aplicação é falar da precarização nas atividades laborativas. Durante boa parte do Século XXI, o Instituto contava com apenas um professor efetivo¹¹. No ano de 2013, o único docente efetivo do quadro pede exoneração, e todos os demais professores da instituição possuíam contrato temporário/substituto. Esses contratos eram renovados a cada seis meses, e marcados por grande precarização se comparados ao regime de trabalho do docente efetivo. Isso significa dizer que boa parte dos cinco professores da casa necessitavam de outras atividades de trabalho para complementar a renda. Em 2014, o Ministério Público obriga a Universidade do Estado do Rio de Janeiro a realizar concursos para professores efetivos, encerrando assim os abusos dos muitos contratos temporários, que tinha passado a ser uma prática comum na Universidade no passado recente.

Com isso, em 2014 e 2015 são realizados concursos na área de Sociologia no Instituto, e atualmente os cinco professores doutores (quatro deles com Dedicação Exclusiva e um com vinte horas) da casa se dedicam ao ensino, à prática e à extensão universitária. O salto de qualidade do trabalho foi visível entre os estudantes e os companheiros de trabalho. Em 2016 e 2017, o governo do estado do Rio de Janeiro, e em especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro vivem grave crise econômica, com meses de salários atrasados entre os docentes e greves constantes. No final de 2017, e início de 2018, com o programa de recuperação fiscal, a vida universitária começa a voltar a sua normalidade.

Com isso volta o interesse dos estudantes pela maior universidade estadual do Rio de Janeiro. Inclusive na área de Sociologia. Na contramão do que indicou o Ranking Universitário da Folha (RUF), que mede o número de vestibulandos com interesse em cursar Ciências Sociais no país, o número de discentes aumentou na UERJ. De acordo com o RUF de 2014, 9.826 estudantes ingressaram no curso dessa área no Brasil, contra 5.174 em 2019, com queda de 47%. Essa queda é atribuída à reforma do ensino médio, que flexibilizou o currículo e a disciplina deixou de ser obrigatória, e também aos ataques que os cursos de Humanidades, em especial de Sociologia, vêm recebendo do Ministério da Educação. Em abril de 2019, o ministro Abraham Weintraub afirmou que reduziria o investimento público em faculdades de Sociologia, colocando essa verba em cursos que “geram retorno de fato” (sic). Para Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, o atual governo não valoriza as Ciências Humanas: “no governo Bolsonaro existe uma campanha para convencer os jovens de que não existe espaço para Sociologia e Filosofia. A sociedade parece ter um descaso muito grande com essas áreas e isso é muito preocupante. As pessoas passam a acreditar que essas são profissões subversivas e improdutivas para o país, que elas não produzem riqueza”¹².

Já na UERJ, foram 290 inscritos no vestibular de 2017, 193 em 2018, e 351 estudantes inscritos no vestibular de 2019. Para além da saída da crise que marcou fortemente a

¹⁰ As pesquisas contam com bolsistas de Iniciação Científica Júnior e PIBIC.

¹¹ Professor Rogério Mendes, hoje docente do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro.

¹² <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/12/17/por-que-cai-o-interesse-nos-cursos-de-ciencias-sociais-e-filosofia.htm>, Acesso em: 23 dez. 2019.

Universidade, outros fatores podem explicar esse crescimento. Segundo o professor Wallace Ferreira, coordenador da equipe de Sociologia,

Fica evidente o entusiasmo dos alunos da rede pública estadual com os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos nas escolas. Abrangemos mais de 2 mil alunos. O interesse pela UERJ e pela Sociologia é visível. Não sabemos mensurar o número exato de alunos que procuram o curso, mas certamente é significativo¹³. (FERREIRA, 2019).

É possível também que o fato de a UERJ ser pioneira na política de cotas para os processos seletivos de ingresso de estudantes nos cursos de graduação explique ser a opção principal por boa parte dos discentes¹⁴. É um espaço de resistência. Nesse contexto percebemos a importância de ampliar o diálogo entre Universidade e escolas. Há um grande abismo entre esses dois segmentos educacionais no país.

A representação social entre os estudantes de licenciatura de Sociologia do Instituto Fernandes Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A pesquisa foi realizada no ano de 2019, quatro anos depois da aplicação da primeira versão da pesquisa, que foi apresentada no I Seminário de Ciências Sociais organizado no ano de 2015 pelo departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

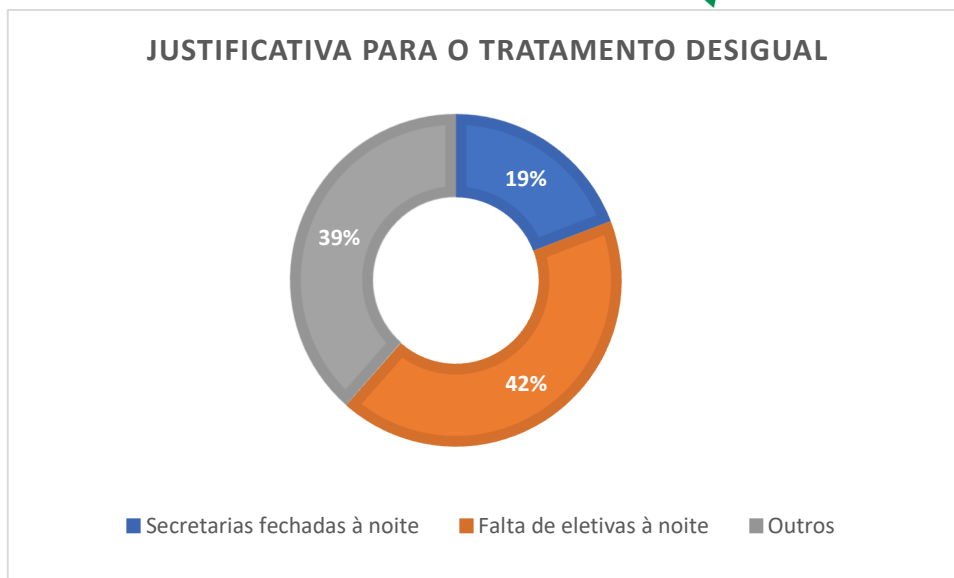
A pesquisa utilizada foi do tipo survey, por meio da qual se examina uma amostra da população. A finalidade desse survey foi a de descrição, portanto a preocupação principal da pesquisa foi buscar a distribuição de certos traços e atributos dos licenciandos de Ciências Sociais da UERJ. Optamos por uma amostra não probabilística pelo fato desse tipo de amostragem necessitar de menos investimento. Assim utilizamos uma sondagem menos dispendiosa e, além disso, a representatividade exata não é necessária, dado o fato de termos realizado a pesquisa com a totalidade dos estudantes matriculados em alguma disciplina da licenciatura do segundo semestre de 2019. A amostragem escolhida foi a intencional ou por julgamento. Esse método foi escolhido porque já se tratava da segunda versão da pesquisa, por isso, todas as fases de testagem já tinham sido realizadas no pré-teste. Essa parte da investigação foi realizada a partir de entrevistas estruturadas que contaram com um questionário também atualizado a partir da pesquisa de 2015. A pesquisa quantitativa mostrou que a maioria dos/as entrevistados/as é composta por mulheres (57,8%), e do total, 50,0% dos estudantes se declararam de pele branca; 29,5%, parda; e 20,5%, preta¹⁵. Do total, 54,8% têm entre 21 e 27 anos, e 38,1% têm entre 28 e 39 anos, e apenas 7,2% têm mais de 40 anos.

Foram entrevistados/as estudantes dos três turnos, entre os quais 33,3% estavam no turno da manhã, 20% no turno da tarde e 46,7% encontravam-se matriculados no curso noturno. Desses estudantes, 61,4% consideram que o tratamento não é igualitário entre os estudantes do período diurno e os do período noturno. Essa diferença advém da falta de disciplinas eletivas à noite (questão apontada por 42,3% dos estudantes) e do fechamento da secretaria nesse período (19,2%), como mostra o gráfico abaixo.

¹³ O professor lembra-nos também a valorização do curso de licenciatura pela Revista Guia do Estudante, que atribuiu o nível máximo (5 estrelas) para o curso.

¹⁴ Em 2019 completaram-se 15 anos. Desde 2003, parte das vagas é destinada a grupos socialmente e historicamente marginalizados com base na carência socioeconômica.

¹⁵ Optou-se por seguir as categorias de grupos populacionais do IBGE.

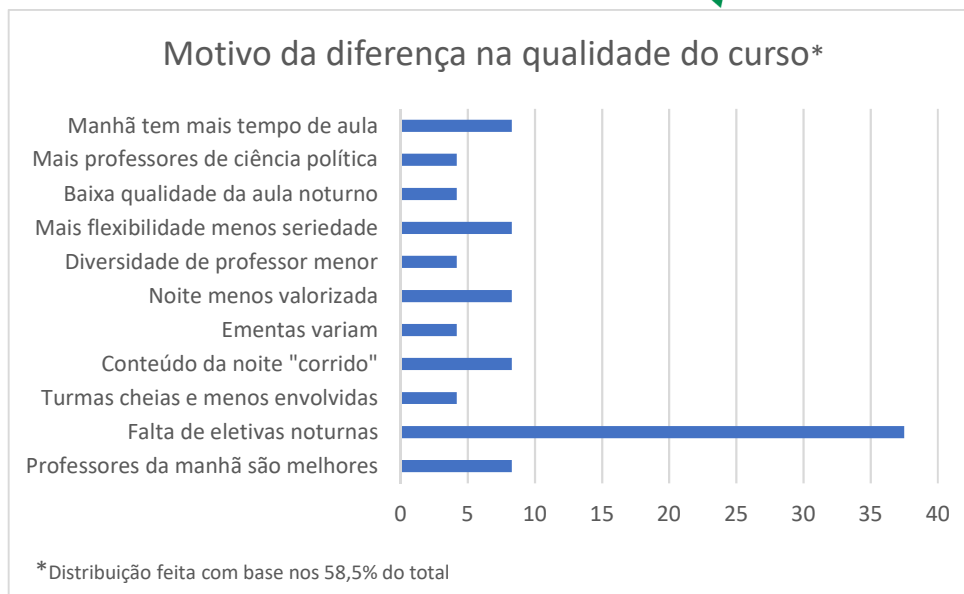


Importante constatação é que não foi citado o prejuízo causado ao campo de estágio o fato de o Instituto de Aplicação não oferecer a possibilidade de estágio no período noturno. Isso faz com que o licenciando tenha que trocar de turno para fazer o estágio. Outro dado relevante é que 36,4% dos estudantes trabalham¹⁶.

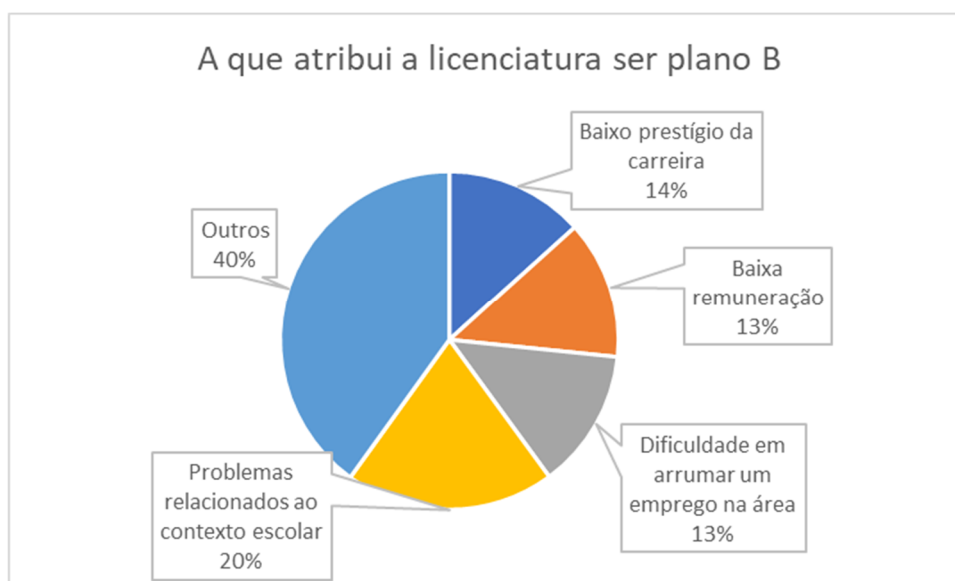
Quando perguntados se existe algum tratamento diferenciado dos professores com relação aos discentes, 60% afirmaram não existir diferença no tratamento, mas 37,8% afirmaram existir diferença. Os entrevistados percebem essa diferença no cansaço dos professores do noturno, no tratamento diferente com relação aos que trabalham, cobrando mais dos alunos do turno da manhã, e apontaram que os professores preferem dar aula no turno da manhã.

A pesquisa também buscou verificar a percepção dos estudantes sobre a diferença entre os turnos, e verificamos que 58,5% afirmaram que não existe a mesma qualidade do curso de Ciências Sociais nos três turnos. A principal crítica volta-se novamente para o curso noturno, e a principal desvantagem com relação aos demais é a baixa oferta de eletivas, questão apontada por 20% dos entrevistados. Destacou-se também uma “flexibilidade” maior para os estudantes do noturno, identificando nisso um problema, uma vez que “flexibilidade”, nesse caso, refere-se a menor seriedade. Além disso, o menor tempo de aula consta como um problema para o turno da noite, como observa-se no gráfico abaixo.

¹⁶ A abertura de cursos superiores noturnos na segunda metade do século XX proporcionou aos discentes que trabalhavam a possibilidade de frequentar o ensino superior. Tal conquista veio de forma gradativa por pressões populares. A regulamentação foi tardia. Somente em 1996 com a Lei nº 9.394, da Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino superior noturno nas instituições públicas foi regulamentado.



A UERJ tem uma especificidade relacionada ao ingresso no curso de graduação em Ciências Sociais: a entrada no vestibular única para bacharelado e licenciatura. Logo, o argumento de que a mudança na Base Nacional Comum Curricular - BNCC e os problemas relacionadas à carreira de docência explicam em parte a diminuição da procura pelo curso de Ciências Sociais. Além disso, sabe-se que a maioria dos discentes ingressa no curso pensando muito mais no bacharelado que na licenciatura. Na pesquisa que realizamos em 2015, já detectamos essa predileção quando mais de 50% dos entrevistados consideravam a licenciatura plano B. Nesta pesquisa o percentual de estudantes que afirmaram ser prioridade aumentou para 62,5%, e o percentual daqueles que ainda tratam a licenciatura como plano B caiu para 37,5%. O gráfico abaixo mostra os motivos pelos quais se atribui à licenciatura um caráter secundário de formação.



Outrossim, uma vasta literatura também já comprovou esse comportamento reproduzido não só pelos estudantes, mas pela própria academia quando desvaloriza os cursos de

licenciatura, como já apontado no texto. De acordo com a pesquisadora Anita Handfas (2009), a tendência de supervalorizar o bacharelado em detrimento da licenciatura se dá em função da própria desvalorização do papel do professor. Essa desvalorização é uma das formas de manifestação do papel que é conferido ao professor na sociedade, decorrente da nossa própria formação social e do processo de escolarização que aqui se deu.

Interessante é buscar entender o que faz com que, durante o curso, opte-se pela licenciatura, o que nos direciona a buscar uma explicação que leve em consideração as variáveis endógenas ao curso. Nesse sentido, observa-se que no curso de Ciências Sociais da UERJ, em especial na licenciatura, a avaliação do curso por parte dos estudantes é de 8,5 (média) em uma escala de 0 a 10, tendo como principal variável para esse desempenho o trabalho de professores e professoras. A maior nota foi dez e a menor foi cinco. As notas baixas são acompanhadas da crítica à extensa carga horária dos estágios.

Por fim, essa nota dada pelos alunos e alunas se relaciona com outra questão verificada na pesquisa que é o foco da licenciatura: a sala de aula. Perguntados se estariam seguros para assumir uma turma na educação básica, 58,5% dos licenciandos e licenciandas afirmaram que sim. Dos que disseram que se sentem seguros para assumir uma turma, 58% são do noturno. E daqueles que não se sentem seguros, 47% são do turno da manhã. Esse resultado aponta que as diferenças entre os turnos não são gritantes nesse sentido.

Considerações finais

O artigo buscou refletir sobre a trajetória da Sociologia como disciplina escolar; sua intermitência ao longo dos anos prejudicou a reflexão sobre área nas faculdades de licenciatura. Assim, percebeu-se um distanciamento entre os cursos de bacharelado e licenciatura. A visão do professor do ensino básico como pesquisador não é compreendida dentro do próprio contexto universitário. A falta de prestígio social da carreira docente também contribui para esse distanciamento. Desconstruir a narrativa que marginaliza a profissão está no cerne da pesquisa. Os estudantes de licenciatura não podem ver o curso como uma espécie de Plano B. A profissão docente deve ser valorizada, a começar no seio da comunidade universitária.

Apresentamos o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, como um espaço que favorece o necessário intercâmbio entre escola e universidade. Com isso, desenvolvemos importantes projetos de pesquisa e extensão com os licenciandos, futuros professores de Sociologia, e traçamos alguns dados com perfis, perspectivas e angústias da carreira docente, principalmente levando em consideração os ataques às ciências humanas por parte do atual governo conservador. É fundamental a valorização dos cursos de licenciatura. Um país que pensa sobre o desenvolvimento necessariamente deve refletir a educação como ferramenta fundamental para a prosperidade. Assim, a UERJ se impõe como importante espaço de resistência, de excelência acadêmica, com forte preocupação social. E a Sociologia nunca precisou estar tão unida para enfrentar as mais novas hostilidades governamentais.

Referências

BOURDIEU, Pierre. La Sociologia es una ciência? In: **La recherche**, n. 331, 2000.

CAMILO, Eliani Juraski. “A qualidade ‘de dentro’ na / da pesquisa qualitativa em educação no Sul do Brasil”. **Educar em Revista**. Curitiba, v.33, n.65, jul/set, 2017, p.137-148.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. “A trajetória histórica da luta pela introdução de Sociologia no Ensino Médio no Brasil”. In, CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. **Sociologia e Ensino em debate**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004, p.17-61.

CIGALES, Marcelo e ENGERROFF, Ana Martina Baron. “Uma cartografia do capital social dos pioneiros da Sociologia no Brasil: um estudo sobre os manuais escolares”. In MAÇAIRA, Julia Polessa e FRAGA, Alexandre Barbosa. **Saberes e Práticas do Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa; princípio científico e educativo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo da Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, Wallace. **Entrevista com o coordenador de Sociologia do CAP-UERJ**, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Madness and civilization: A history of insanity in the age of reason**. Londres: Tavistock, 1971.

HANDFAS, Anita. Formação de professores de Sociologia: reflexões sobre diferentes modelos formativos. In: HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009, p.187-196.

JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (org). **Psicologia Social**. Barcelona, 1985.

MENDES, Rogério. “A Sociologia no ensino básico: desafios e dilemas”. In: HANDFAS, Anita e OLIVEIRA, Luiz Fernandes. **A Sociologia vai à escola: história, ensino e docência**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

MORAES, Amaury César e GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. “Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM – Sociologia”. **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

MOREIRA, Helena Maria Alves e LINS, Mônica Regina Ferreira. “O CAP-UERJ e a educação integral – Reflexões sobre o espaço e tempo escolar”. **X Simpósio educação e sociedade contemporânea: desafios e propostas**. Rio de Janeiro, UERJ, 2016.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. “O ensino das Ciências Sociais/ Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas”. **Coleção Explorando o Ensino**. Ministério da Educação, Brasília, 2010.

TOMAZZI, Nelson Dacio. “Conversa sobre Orientações Curriculares Nacionais (OCNs)”. **Revista Cronos**, UFRN, v.8, n.2, Natal, jul/dez, 2007.

UERJ. Projeto Político **Pedagógico do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ)**, Rio de Janeiro, 2013.